

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Já reparou que a matemática está em tudo?

Em 2.400 a.C, o homem primitivo já contava com uso de ossos, pedras e dedos das mãos e dos pés para fazer medições. E, antes do século VI a.C, egípcios, babilônicos e chineses já eram capazes de fazer cálculos de ordem prática com muita precisão. Porém, foram os gregos que introduziram o encadeamento sistemático de teoremas que tornaram a matemática uma ciência.

5 Em homenagem ao matemático, escritor e educador brasileiro Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan, o dia da matemática é comemorado todo 6 de maio, a partir de 2013, no Brasil.

Para o professor Wanderson Daflon, que atua na área há 22 anos, a matemática está presente em nosso dia a dia em tudo e diz que estimula os alunos a perceberem sua importância. “Se 10 você for trabalhar no comércio, você tem que saber dar um troco; na padaria, você terá que saber fracionar as porções para fazer os pães, os bolos. No laboratório, também terá de lidar com as frações. Se for médico, vai ter que operar um equipamento e ter noções de matemática. Na agricultura, com a mecanização, a pessoa tem que se qualificar para usar um equipamento – que existe uma série de botões e de números”, explica.

15 No mundo globalizado em que vivemos, as transformações tecnológicas e econômicas têm exigido de nós uma mudança na nossa forma de pensar, analisar e interpretar criticamente as informações do dia a dia para resolver problemas e questões de ordens diversas.

Nesse sentido, Wanderson diz que a matemática tem uma participação poderosa por estimular a capacidade de análise crítica e oferecer ferramentas como o raciocínio lógico, que auxilia no 20 desenvolvimento de estratégias, inclusive na vida pessoal.

“A matemática aprimora o cálculo, que leva ao desenvolvimento da concentração e a capacidade de fazer estimativas, estatísticas, que perpassam por todo um treino de cálculo mental”, afirma.

O professor Romicran Teixeira, com 35 anos de magistério, diz que a matemática sempre foi e sempre será um instrumento para a ciência. “Há tempos que ela deixou de ser apenas uma 25 ciência exata para ser mais integradora e até mais divertida. A matemática instiga e desenvolve uma parte importante do cérebro. Ela é desafiadora como a nossa vida e nos ajuda a fazer uma leitura de mundo não só pelo raciocínio lógico, mas também junto a outras ciências. Viva a matemática”.

O friburguense Pedro Lack, de 15 anos, que já ganhou medalhas em olimpíadas diversas de 30 matemática diz que essa área de conhecimento também ajuda na lógica de resolver novos problemas.

“A matemática é a linguagem com a qual Deus escreveu o mundo”, então, nada poderia ser mais lógico do que aprendê-la para decifrar a realidade. A paciência e a habilidade de lidar com o desconhecido são habilidades que aprendi com essa matéria e na resolução de problemas das olimpíadas de que participei. Procurar a lógica no novo faz os problemas recentes se tornarem os que já resolvemos várias vezes”, afirma.

Malba Tahan

Publicou 120 livros, sendo 51 voltados à matemática, com o diferencial de conseguir repassar o conteúdo de modo envolvente, com enigmas e fantasias. Com mais de um milhão de livros, vendidos, sua obra mais famosa é “O homem que calculava”, que se tornou um best-seller.

Em relação à metodologia de Malba Tahan, Romicran diz: “ele procura trabalhar com o lúdico, que é uma maneira de atrair o aluno, sendo um bom ponto de partida, mas, quando se descobre a matemática, vê-se que é muito mais do que isso”.

Fonte: <https://www.portalmultiplix.com/noticias/cotidiano/ja-reparou-que-a-matematica-esta-em-tudo>

1) O texto I defende a importância da matemática na vida dos indivíduos. Para isso, no segundo parágrafo, o autor utiliza-se de uma estratégia argumentativa baseada em:

- a) exemplos que ilustram o valor positivo da matemática no dia a dia dos indivíduos
- b) dúvidas que apresentam questionamentos acerca da real necessidade da matemática
- c) comparações que equilibram a importância e a desimportância da matemática para os cidadãos
- d) argumentos de autoridade que mostram discursos de referência em relação ao assunto principal

2) “Porém, foram os gregos que introduziram o encadeamento sistemático de teoremas que tornaram a matemática uma ciência.” (l. 3 e 4) Na passagem em destaque, a conjunção sublinhada tem valor semântico de:

- a) adição
- b) oposição
- c) explicação
- d) alternância

3) De acordo com o texto I, o dia da matemática foi instituído em homenagem ao educador brasileiro conhecido como Malba Tahan que se destacou, em seu trabalho, por:

- a) publicar muitos livros que tinham como conteúdo a matemática de forma simplificada
- b) promover mudanças radicais nos conceitos matemáticos e desconstruir regras
- c) associar a matemática à produção de obras que se tornaram *best-sellers*
- d) desenvolver os conteúdos da matemática de forma atraente e lúdica

4) “A matemática é a linguagem com a qual Deus escreveu o mundo”(l. 32). No fragmento em destaque, o pronome relativo foi utilizado de acordo com a gramática da Língua Portuguesa. A frase em que o pronome relativo também foi usado, sem ferir a norma culta da língua, é:

- a) O indivíduo ao qual me referi na reunião está de férias
- b) A história a qual fomos personagens teve um final feliz
- c) Na época que vivemos tudo acontecia de forma tranquila
- d) Na minha versão, o modo que você agiu era bem diferente

5) “Wanderson diz que a matemática tem uma participação poderosa...”(l. 18). O termo sublinhado pode ser classificado, morfologicamente, igual ao termo sublinhado em:

- a) Os seres humanos que têm medo perdem oportunidades
- b) Defendia uma tese que parecia inviável aos jurados
- c) A verdade era que ele não aceitava a derrota
- d) A casa em que morava era muito grande

6) “...nada poderia ser mais lógico do que aprendê-la para decifrar a realidade.” (l. 32 e 33)
O valor semântico da preposição sublinhada é de:

- a) matéria
- b) assunto
- c) finalidade
- d) instrumento

7) “Em homenagem ao matemático, escritor e educador brasileiro Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan, o dia da matemática é comemorado todo 6 de maio...” (l 5 e 6)
A expressão sublinhada tem igual função sintática da palavra ou expressão sublinhada em:

- a) O aniversário do vizinho foi muito animado
- b) O rio Amazonas é um dos mais extensos do planeta
- c) Uma notícia positiva trouxe muita alegria ao candidato
- d) Um ano de espera gerou, certamente, muita expectativa

8) “... uma mudança na nossa forma de pensar, analisar e interpretar criticamente as informações do dia a dia...” (l. 16 e 17). De acordo com a gramática da Língua Portuguesa, a palavra sublinhada, em termos morfológicos, é classificada de igual maneira àquela sublinhada em:

- a) As calculadoras atrapalham o rendimento das crianças
- b) O desafio matemático está em atrair os estudantes
- c) A escola valorizada impõe respeito à comunidade
- d) Os alunos estudaram bastante para a prova

Texto II



Fonte: www.revistaselectronicas.ujaen.es

9) O texto II foi construído a partir de uma linguagem híbrida, na qual a linguagem verbal e a não verbal se complementam e, assim, constroem a mensagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

- no quadrinho 1, a expressão facial do primeiro personagem está de acordo com o conteúdo de sua afirmação, reforçada pela presença do ponto de exclamação ao final da declaração
- no quadrinho 1, o segundo personagem se dirige ao primeiro com uma pergunta e se mostra sereno, já que sua expressão facial denota traços de tranquilidade e de paciência enquanto ouve aquilo que o outro declara
- no quadrinho 2, o segundo personagem, que não se expressa verbalmente, está representado na tira com uma expressão facial de insatisfação e de incômodo em relação ao que o outro personagem diz no mesmo quadrinho
- no quadrinho 2, o personagem que fala se utiliza, majoritariamente, do recurso não verbal, deixando, em segundo plano, a linguagem verbal, com destaque às reticências que, nesse caso, não influenciam na construção da mensagem

10) Os textos I e II dialogam entre si. Tal ideia pode ser observada porque ambos:

- sinalizam que a matemática é uma ciência exata e que deve ser trabalhada de maneira criativa para provocar o gosto dos estudantes pela disciplina
- defendem a importância e a presença da matemática no cotidiano da sociedade, ainda que as pessoas não tenham consciência em relação a isso
- entendem que a matemática é uma ciência valorizada pelos alunos e tal destaque se dá pelo domínio e conhecimento que eles têm dessa matéria
- demonstram que a matemática não é negligenciada pelos indivíduos, uma vez que ela promove a percepção do mundo

INFORMÁTICA

11) A norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011 aponta diretrizes e descreve um processo genérico para a gestão de riscos de segurança da informação de uma organização, deixando a cargo da mesma a escolha do método para a avaliação de riscos, em conformidade com suas características e particularidades. Nesse contexto, a metodologia de avaliação de riscos, qualitativa, caracterizada por ser executada em um curto espaço de tempo, em três etapas, pelos especialistas da própria organização, por meio de reuniões lideradas por um facilitador e aplicada a um ativo (qualquer elemento de valor para a organização) sistema ou processo de negócio por vez, é denominada:

- COBIT 5 for Risk
- CORAS ou Método CORAS
- FRAAP (Facilitated Risk Analysis Process)
- GRSIC (Gestão de Risco de Segurança da Informação e Comunicações)

Considere a planilha MOVIMENTAÇÃO, feita no Excel do Microsoft 365, conforme abaixo, para responder às questões de números 12 e 13.

MARÇO DE 2022					CONFERÊNCIA	
	RECEITAS BRUTAS	PREVISTO	REALIZADO	% ATINGIDO NO MÊS	RECEITAS BRUTAS	% ATINGIDO NO MÊS
ENTRADAS	Serviços (à vista)	40.000	45.000	112,50%		
	Vendas (Boletos)	55.000	55.000	100,00%	Serviços (à vista)	
	Vendas (à vista)	40.000	35.000	87,50%	Vendas (Boletos)	
	Vendas (Cartão)	40.000	40.000	100,00%	Vendas (à vista)	
	Outras Receitas	3.000	2.500	83,33%	Vendas (Cartão)	
	TOTAL Receitas	178.000	177.500	99,72%	Outras Receitas	
	DESCONTOS DIRETOS	PREVISTO	REALIZADO	% ATINGIDO NO MÊS		
	Descontos Taxa ADM Cartão	1.800	1.400	77,78%		
	Concessão de Descontos	1.900	1.300	68,42%		
	Outros Descontos ou Impostos	350	300	85,71%		
	TOTAL Descontos	4.050	3.000	74,07%		
	Receita Líquida	173.950	174.500	100,32%		

12) A lista suspensa de RECEITAS BRUTAS, gerada na célula G3, obtida das células B3 até B7, foi configurada da seguinte forma:

- a) “Congelar painéis” da guia de comandos “Exibir”
- b) “Tabela Dinâmica” da guia de comandos “Inserir”
- c) “Formatar como tabela” da guia de comandos “Início”
- d) “Validação de Dados” da guia de comandos “Dados”

13) A função utilizada na célula H3 para pesquisar o % atingido no mês, referente a cada receita bruta, escolhida na lista suspensa da célula G3, é:

- a) =PROCV(G3; B3:E7; 4; 0)
- b) =PROCV(H3; E3:E7; 3; 0)
- c) =PROCH(G3; E3:E7; 4; 0)
- d) =PROCH(H3; B3:E7; 3; 0)

14) No Sistema Operacional Windows 10, o recurso que, quando ativado, permite liberar espaço automaticamente da unidade de disco, excluindo os itens configurados, tais como os arquivos temporários ou o conteúdo da lixeira, denomina-se:

- a) Otimizar Unidades
- b) Assistente de Foco
- c) Sensor de Armazenamento
- d) Histórico da Área de Transferência

15) O recurso “Controlar Alterações”, presente no Word do Microsoft 365, oferece ao usuário uma maneira de fazer alterações fáceis de identificar no documento, sendo ativado na guia de comando:

- a) referências
- b) revisão
- c) inserir
- d) exibir

LEGISLAÇÃO

16) De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem natureza de:

- a) Empresa Pública
- b) Fundação Pública
- c) Fundação Privada
- d) Autarquia Previdenciária

17) Considerando o Regulamento do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, além do vencimento, poderá o detentor de cargo público receber, em razão do deslocamento em serviço, a seguinte vantagem pecuniária:

- a) diárias
- b) horas extras
- c) bônus de subscrição
- d) gratificação por tempo de serviço

18) Pode ser conceituado como “o dever de execução das programações orçamentárias” o seguinte princípio orçamentário:

- a) regionalização
- b) universalidade
- c) orçamento impositivo
- d) exclusividade orçamentária

19) São tributos de competência estadual:

- a) IPI, IOF e IPVA
- b) IPI, ICMS e ITBI
- c) ITCMD, IOF e ITBI
- d) ITCMD, ICMS e IPVA

20) A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define para a atividade administrativa que:

- a) titular é a pessoa jurídica a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento
- b) controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais
- c) autoridade nacional é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador
- d) operador é a pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, o titular dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Considerando o valor e a publicidade dos serviços profissionais, o contador deve:

- a) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade
- b) ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja defendendo remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da contabilidade e seu aprimoramento técnico
- c) informar, obrigatoriamente, a quem de direito fatos que conheça e que considere em condições de exercer efeito sobre o objeto do trabalho
- d) incluir, explicitamente, nas propostas para a prestação de serviços profissionais, o valor de cada serviço, a periodicidade e a forma de reajuste

22) O código de ética do contador, em seus deveres, vedações e permissibilidades, determina que esse profissional deve:

- a) abster-se de expressar argumentos ou de dar conhecimento de sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu trabalho no âmbito técnico e limitando-se ao seu alcance
- b) exercer a profissão, quando impedido, inclusive quando for procurador de seu cliente, mesmo que com poderes específicos, dentro das prerrogativas profissionais
- c) realizar ato de encontro à legislação quando destinado a beneficiar o cliente, a fim de executar os serviços para os quais foi expressamente contratado
- d) explorar serviços contábeis, por si ou em organização contábil, sem registro regular em Conselho Regional de Contabilidade

23) A transgressão de preceito do código de ética do contador constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes sanções:

- a) cassação do registro profissional, censura reservada e rescisão contratual
- b) advertência reservada, censura reservada e censura pública
- c) advertência reservada, multa e rescisão contratual
- d) cassação, multa e censura pública

24) Segundo a Resolução CFC 1640/2021, são de atribuição privativa dos profissionais de contabilidade as perícias que compreendem a verificação de:

- a) cálculos da folha de pagamento
- b) haveres e obrigações, para quaisquer finalidades
- c) atos que envolvam o registro mercantil de empresas
- d) correção do saldo devedor das dívidas dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação

25) Um perito-contador do juízo entendeu ser incorreto que os assistentes técnicos tivessem acesso aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, pois as informações estariam todas especificadas em seu laudo pericial, uma vez encaminhado ao juízo. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1), o posicionamento apresentado acima por parte do profissional contábil é:

- a) correto, pois o perito-contador do juízo é auxiliar da justiça, devendo prestar esclarecimentos somente ao juiz
- b) correto, pois a perícia contábil busca a verdade real. Para tanto, o sigilo na fase de levantamento de provas é essencial
- c) incorreto, pois o perito-contador do juízo deve assegurar aos assistentes técnicos o acesso aos elementos de prova arrecadados durante a perícia
- d) incorreto, pois o perito-contador do juízo, por ser auxiliar da justiça, tem o dever de atender as demandas repassadas diretamente a ele pelas partes em litígio (autor e/ou réu)

26) Em uma ação trabalhista, o assistente técnico (contador) do réu apresentou ao juiz um parecer contestando o laudo pericial contábil. Suas conclusões tinham como objetivo favorecer o cliente, permitindo postergar por mais tempo a finalização do processo. Embora soubesse que nada havia de incorreto no laudo do perito-contador judicial, apresentou cálculos contendo erros de digitação. Com base na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 (R1), pode-se afirmar que o assistente técnico deve:

- a) ser fiel à verdade por ser perito do juízo
- b) emitir parecer baseando-se na sua boa-fé e com imparcialidade
- c) agir no interesse de seu contratante: autor ou réu, sendo dispensável colaborar com a verdade
- d) postergar o processo, como estratégia na lide judicial, por estar condizente com as normas da profissão

27) Em uma ação trabalhista, um perito-contador foi indicado pelo juiz para realizar perícia judicial contra determinada empresa. O autor da ação obteve a informação de que este perito estava em mora com a referida empresa, devendo inclusive seis parcelas de uma dívida contratada. Constatando a veracidade da informação obtida, segundo a Norma Brasileira de Contabilidade NBC P P01 (R1), o perito-contador judicial deve:

- a) solicitar ao juiz a suspensão da perícia até a quitação da dívida
- b) continuar a realizar a perícia, pois é detentor de critérios morais rígidos
- c) refinanciar a dívida com a empresa, permitindo assim a continuidade da perícia
- d) considerar-se sem condições de exercer a atividade pericial em processos envolvendo essa empresa

28) Conceitua-se a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) como o ramo da ciência contábil que adota, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. Nesse sentido, as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) podem ser aplicadas, de maneira facultativa, por:

- a) fundações públicas
- b) consórcios públicos
- c) empresas públicas independentes
- d) sociedades de economia mista dependentes

29) Segundo Bezerra Filho (2021, p. 8), “o objeto de qualquer contabilidade é o patrimônio. O da contabilidade pública é o patrimônio público”. Portanto, são objeto de controle obrigatório pela CASP os bens públicos de uso comum do povo relativos à (ao):

- a) natureza
- b) infraestrutura
- c) bem-estar social
- d) patrimônio cultural

30) A partir de 2023 todos os entes da Federação devem utilizar obrigatoriamente a classificação por Natureza de Receita Orçamentária com a seguinte estrutura “a.b.c.d.ee.f.g”, com oito dígitos. Logo, as letras “c”, “d”, “ee” e “f”, do código da natureza da receita atualizado, respectivamente, corresponderão:

- a) espécie da receita e tipo de receita
- b) categoria econômica da receita e tipo de receita
- c) espécie da receita e desdobramento para identificação de peculiaridades
- d) categoria econômica da receita e desdobramento para identificação de peculiaridades

31) A despesa orçamentária, para fins contábeis, pode ser classificada em efetiva e não efetiva quanto ao impacto na situação patrimonial líquida. Nesse contexto, pode-se afirmar que a despesa orçamentária:

- a) efetiva constitui fato contábil permutativo
- b) efetiva é aquela que, no momento de sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade
- c) não efetiva normalmente se enquadra como despesa de capital, entretanto, há despesa de capital que é efetiva
- d) não efetiva é aquela que, no momento da sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo

32) São características qualitativas da informação contábil, apontadas pela NBC TSP – estrutura conceitual, representação fidedigna, tempestividade, relevância, bem como:

- a) visibilidade e comparabilidade
- b) compreensibilidade e coercibilidade
- c) visibilidade, coercibilidade e verificabilidade
- d) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade

33) O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Nesse sentido, a conta que deve ser creditada em função do desgaste natural, da obsolescência ou do uso durante sua vida útil, corresponde a:

- a) bens tangíveis
- b) depreciação acumulada
- c) amortização acumulada
- d) variação patrimonial diminutiva

34) Segundo o MCASP, a CASP foi estruturada, no Brasil, com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. Nesse contexto, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Parte IV do MCASP, é a estrutura básica que padroniza e sistematiza os registros contábeis, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. Assim, um dos principais objetivos do PCASP é:

- a) distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de controle
- b) padronizar os registros contábeis das entidades do poder executivo de forma exclusiva
- c) permitir a consolidação nacional das contas públicas das entidades do poder executivo
- d) atender à administração direta e indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos regimes próprios de previdência social (RPPS)

35) O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam. As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento, compostos por nove dígitos (X . X . X . X . X . XX . XX). Assim, os níveis 5º e 6º, respectivamente, correspondem a:

- a) grupo e subgrupo
- b) subgrupo e título
- c) título e subtítulo
- a) subtítulo e item

36) Estão entre as demonstrações que fazem parte do conjunto que compõe as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP):

- a) balanço patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das variações patrimoniais
- b) balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e sistema de informação de custos do setor público
- c) balanço financeiro, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das variações patrimoniais
- d) balanço patrimonial, demonstração das mutações do patrimônio líquido e sistema de informação de custos do setor público

37) O Art. 102 da Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Os dados abaixo representam o Balanço Orçamentário de uma administração pública direta estadual do exercício financeiro de 20X1 referente ao exercício financeiro de 20X1:

Descrição	Em R\$
Previsão Inicial das Receitas	3.500.000,00
Previsão Atualizada das Receitas	3.680.000,00
Receitas Realizadas	3.790.000,00
Despesas Fixas	3.500.000,00
Despesas Empenhadas	3.350.000,00
Despesas Liquidadas	3.290.000,00
Despesas Pagas	3.100.000,00

Considerando os dados apresentados, serão inscritos em resto a pagar processado e não processado os respectivos valores:

- a) 60.000,00 e 190.000,00
- b) 190.000,00 e 60.000,00
- c) 190.000,00 e 250.000,00
- d) 250.000,00 e 190.000,00

38) Os dados extraídos do Balanço Financeiro do exercício financeiro de 20X1 de uma entidade governamental referente ao exercício de 20X1, são:

Descrição	Em R\$
Despesa Orçamentária	7.135.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.010.000,00
Pagamentos Extraorçamentários	1.450.000,00
Receitas Orçamentárias	7.350.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	730.000,00
Recebimentos Extraorçamentários	1.230.000,00

Considerando essas informações, o exercício do financeiro de 20X1 resulta em:

- a) negativo em 5.000,00
- b) negativo em 275.000,00
- c) positivo em 495.000,00
- d) positivo em 275.000,00

39) O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação. Na Parte V do MCASP, o BP é composto por quatro quadros distintos. Um desses quadros é o quadro principal, que é composto por ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, bem como:

- a) patrimônio líquido
- b) saldo patrimonial
- c) ativo compensado
- d) passivo financeiro

40) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Nesse contexto, no patrimônio de uma Universidade Pública Estadual durante o exercício findo de 20X1, ocorreram os seguintes atos e fatos contábeis:

Descrição	Em R\$
Aprovação da Lei Orçamentária Anual.	100.000,00
Arrecadação de tributos não vinculados.	45.000,00
Compra de Máquinas e Equipamentos à vista.	18.000,00
Recebimento de imóveis, em doação.	100.000,00
Despesas administrativas, mas inscritas em Restos a pagar.	10.000,00

Conforme os atos e fatos ocorridos, pode-se afirmar que as Variações Patrimoniais Aumentativas, as Variações Patrimoniais Diminutivas e o Resultado Patrimonial do Exercício somam, respectivamente:

- a) 45.000,00; 10.000,00; 35.000,00
- b) 145.000,00; 10.000,00; 135.000,00
- c) 145.000,00; 28.000,00; 117.000,00
- d) 245.000,00; 110.000,00; 135.000,00

41) As notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações, tendo o objetivo de facilitar a sua compreensão a seus diversos usuários. Portanto, as notas explicativas devem ser:

- a) claras, sintéticas e objetivas
- b) claras, analíticas e objetivas
- c) transparentes, sintéticas e subjetivas
- d) transparentes, analíticas e subjetivas

42) A consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macroagregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado. Assim, a consolidação pode ser feita no âmbito de cada ente da Federação ou em âmbito de consolidação nacional. A consolidação nacional é de competência da(o):

- a) Controladoria Geral da União (CGU)
- b) Secretaria Federal de Controle Interno
- c) Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- d) Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

43) A Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, estabelece normas e princípios para ordenar, disciplinar e fiscalizar a Administração Financeira e a Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro. O Art. 180 desta lei descreve, ressalvada a competência do Tribunal de Contas, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos, que será realizada ou superintendida pelos órgãos de contabilidade:

- a) analítica
- b) sintética
- c) central
- d) setorial

44) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 70, Parágrafo único, determina que a prestação de contas, por uso, arrecadação, guarda, gerenciamento ou administração de dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, é obrigatória para pessoa:

- a) física privada
- b) jurídica pública
- c) física pública ou privada
- d) jurídica ou física, pública ou privada

45) A Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 descreve em seu Art. 129 que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- a) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- b) avaliar o cumprimento das metas previstas no balanço orçamentário, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do estado
- c) confirmar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do estado
- d) subsidiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

46) A escrituração tem por finalidade registrar os atos e fatos contábeis no patrimônio da entidade, por meio do Plano de Contas, o que permite a elaboração das demonstrações contábeis e a sua consolidação, que consiste no processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, proporcionando uma visão global do resultado. Para isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) descreve que a escrituração das contas públicas, além das demais normas de contabilidade pública, observará a(s):

- a) demonstração do balanço financeiro, que dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos
- b) despesa e a assunção de compromisso, que serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência
- c) disponibilidade de caixa, que constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada
- d) demonstrações contábeis, que compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas estatais dependentes e independentes

47) O controle interno será exercido sobre todas as unidades administrativas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o Art. 202 da Lei nº 287, de 1979, determina que o controle interno obedecerá, de modo geral, aos princípios da verificação da:

- a) regularidade da arrecadação e recolhimento da receita, assim como a do empenho, liquidação e pagamento da despesa
- b) fidelidade dos atos de execução orçamentária, que será prévia, concomitante e subsequente
- c) competência funcional dos agentes e responsáveis por bens, numerários e valores
- d) desigualdade dos programas de trabalho e de sua execução

48) Os usuários das demonstrações contábeis utilizam um conjunto de indicadores e índices econômico-financeiros como instrumento para a análise de balanço. Entre os índices, existem os grupos denominados: índices de liquidez, de endividamento e de rentabilidade. Pode-se afirmar que o índice de liquidez:

- a) de participação de capital de terceiros leva em consideração o total do passivo em relação ao patrimônio líquido
- b) seca leva em consideração em sua análise os ativos e passivos de curto prazo, com os estoques incluídos na fórmula
- c) corrente é considerado o principal e o mais utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, relacionando a totalidade de ativos e passivos de curto prazo
- d) imediata é o indicador que considera ativos e passivos de curto e médio prazo, avaliando a capacidade da entidade de honrar seus compromissos a curtíssimo prazo

49) Uma companhia encerrou o exercício social do ano 20X2 com lucro líquido de R\$ 188,00 caixa com R\$ 700,00 e contas a receber (clientes) com R\$ 128,00 e a seguinte demonstração de resultado do exercício (DRE)

DRE (em R\$)	
Receita Bruta	900,00
Impostos Sem Vendas	-100,00
Receita Líquida	800,00
CMV	650,00
Lucro Bruto	1.450,00
(-) Despesas Operacionais	
Vendas	- 300,00
Administrativas	- 700,00
Financeiras Líquidas	- 200,00
Lucro Operacional	250,00
Imposto De Renda	- 63,00
Lucro Líquido	188,00

Com base nas informações apresentadas, o prazo médio de recebimento desta companhia, em dias, é:

- a) 31,8
- b) 51,2
- c) 58,5
- d) 75,2

Com base no balanço patrimonial das empresas abaixo, responda às perguntas de números **50** e **51**.

Balanço Patrimonial	Empresa A Em R\$	Empresa B Em R\$
Ativo Circulante	5.600,00	4.560,00
Caixa	1.200,00	960,00
Contas a receber	1.400,00	2.000,00
Estoques	3.000,00	1.600,00
Ativo Não Circulante	22.400,00	9.960,00
Investimentos	12.300,00	6.100,00
Ativos intangíveis	10.100,00	3.860,00
Ativo Total	28.000,00	14.520,00
Passivo Circulante	3.000,00	1.520,00
Fornecedores	3.000,00	1.520,00
Patrimônio Líquido	25.000,00	13.000,00
Passivo + P. Líquido	28.000,00	14.520,00

50) Os índices de liquidez geral das empresas A e B, respectivamente, são:

- a) 0,40 e 3,00
- b) 0,87 e 1,95
- c) 1,87 e 0,63
- d) 1,87 e 3,0

51) Os índices de liquidez corrente, imediata e seca da empresa A, respectivamente, são:

- a) 0,63, 3,0 e 1,95
- b) 3,0, 1,95 e 0,63
- c) 1,87, 0,40 e 0,87
- d) 1,87, 0,87 e 0,40

52) Considere o balanço patrimonial abaixo:

Balanço Patrimonial			
Ativo Circulante	11.750	Passivo Circulante	8.850
Caixa	2.500	Salários a pagar	3.250
Contas a receber	5.400	Fornecedores	5.100
Estoques	3.850	Empréstimos	500
Ativo Não Circulante	39.100	Passivo Não Circulante	17.000
Participações acionárias	13.800	Financiamentos	17.000
Ativo Imobilizado	25.300	Patrimônio Líquido	25.000
Ativo Total	50.850	Passivo + P. Líquido	50.850

O Capital de Giro Bruto e o Capital Circulante Líquido, respectivamente, são:

- a) 8.850 e 17.000
- b) 11.750 e 2.900
- c) 11.750 e 39.100
- d) 39.100 e 25.000

53) As contas que compõem o capital de giro próprio de uma entidade são:

- a) clientes, fornecedores e salários a pagar
- b) clientes, vendas e participações acionárias
- c) caixa e equivalentes de caixa, clientes e reserva de capital
- d) caixa e equivalentes de caixa, receitas financeiras e fornecedores

54) Todas as ações necessárias e exercidas para o desempenho de cada atividade empresarial correspondem ao ciclo operacional e, também, o processo de gestão, incluindo o planejamento, a execução e o controle. De acordo com esse conceito, podemos dizer que o ciclo operacional de uma empresa industrial representa as atividades de:

- a) giro do estoque, prazo de recebimento e prazo médio de pagamento
- b) compra de mercadorias, vendas, recebimento e aplicações financeiras
- c) compra de matéria-prima e materiais, produção, vendas e recebimento
- d) recebimento de duplicatas, duplicatas descontadas e pagamento de fornecedores

55) a análise de balanço deve iniciar do geral para o particular, começando com o processo de preparação e padronização dos índices e, seguidamente, aplicando a análise vertical e horizontal. O objetivo da análise horizontal é:

- a) averiguar a evolução, o crescimento ou a diminuição, que permita identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao período anterior
- b) demonstrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence, através da comparação com padrões do setor
- c) demonstrar a margem de lucro operacional relacionado com os ativos operacionais da entidade em determinado período
- d) averiguar a evolução financeira em comparação ao capital próprio e ao de terceiros

56) As demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro para satisfazer as necessidades de:

- a) atender aos investidores, analistas financeiros e mercado de capitais
- b) atender aos agentes financeiros e credores, bem como a fiscalização tributária
- c) adequação que seja capaz de satisfazer a gerência e a administração da empresa
- d) informação financeira comuns de um amplo leque de usuários ou de usuários específicos

57) As demonstrações contábeis podem declarar o cumprimento da estrutura de relatório financeiro aplicável e, além disso, divulgar a extensão do cumprimento de outra estrutura de relatório financeiro. Essas informações suplementares são cobertas pela opinião do auditor se não puderem ser claramente diferenciadas das demonstrações contábeis. Tal fato pode ocorrer, se:

- a) a data do relatório informar ao usuário que o auditor considerou o efeito dos eventos e transações por ele conhecidos e ocorridos até aquela data. A responsabilidade do auditor por eventos e transações após a data do relatório é tratada nos itens 10 a 17 da NBC TA 560 – eventos subsequentes
- b) lei ou regulamento relevante requerer (ou permitir), em alguns casos, que o auditor reporte outras responsabilidades como parte do seu relatório sobre as demonstrações contábeis. Em outros casos, pode ser que o auditor seja requerido ou permitido a reportar em relatório separado
- c) a divulgação não for enganosa, mas o auditor julgá-la tão importante que seja fundamental para o usuários entender as demonstrações contábeis, dessa forma, um parágrafo de ênfase é adicionado, de acordo com a NBC TA 706, chamando a atenção para a divulgação
- d) lei ou regulamento requerer a comunicação dos principais assuntos de auditoria para auditorias de entidades não listadas, por exemplo, entidades caracterizadas na referida lei ou regulamento como entidades de interesse público

58) A Companhia ABC, domiciliada no Rio de Janeiro, encerrou o ano-calendário 20X1 com uma receita bruta de R\$ 77.000.000,00, e, entre as receitas operacionais, houve reconhecimento de equivalência patrimonial referente à Cia XYZ, empresa Americana baseada em Miami, 100% controlada pela Cia ABC. Considerando que a Cia ABC reconheceu receita de equivalência patrimonial, em 20x1, a apuração de IRPJ e contribuição social sobre o lucro no ano-calendário de 20x1 está enquadrada no regime tributário do:

- a) Lucro Real
- b) Lucro Arbitrado
- c) Lucro Presumido
- d) Simples Nacional

59) Uma Companhia determina seu IRPJ com base no lucro real, desde sua criação em 2019. Em 2022, seu lucro contábil e seu lucro real foram de R\$ 250,00 no período acumulado até fevereiro (janeiro e fevereiro/2022). Os prejuízos fiscais acumulados de períodos anteriores foram:

2019	Prejuízo fiscal R\$ 20,00
2020	Prejuízo fiscal R\$ 30,00
2021	Prejuízo fiscal R\$ 20,00

Com base nessas informações e considerando a alíquota de IRPJ de 15%, o IRPJ devido desta companhia para o período acumulado até fevereiro/2022 é de:

- a) R\$ 26,25
- b) R\$ 27,00
- c) R\$ 45,00
- d) R\$ 61,20

60) O princípio da anterioridade está descrito no Artigo 150, III, b, da Constituição Federal, dispondo que é vedado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar:

- a) contribuições sociais no exercício financeiro seguinte à publicação da lei que as instituiu ou aumentou
- b) taxas no exercício financeiro seguinte à publicação da lei que as instituiu ou aumentou
- c) tarifas no mesmo exercício financeiro a publicação da lei que as instituiu ou aumentou
- d) tributos no mesmo exercício financeiro a publicação da lei que os instituiu ou aumentou